

Acórdão nº 9.594/2016/Plenário-TCE/AC

NATUREZA DO FEITO: Processo nº 17.445.2013-01-TCE (C/ 02 Volumes e 07 Anexos)
ASSUNTO: Prestação de Contas da Secretaria de Estado, Turismo e Lazer – SETUL, exercício de 2012
RESPONSÁVEL: Senhora Ilmara Rodrigues Lima Vasconcelos
RELATORA: Conselheira Dulcinéia Benício de Araújo

Prestação de Contas. Secretaria de Estado, Turismo e Lazer. Divergência entre o Anexo 2 e a Demonstração das Variações Patrimoniais. Adesão a atas de registro de preços sem a devida demonstração de maior vantagem para a Unidade. Não acompanhamento efetivo da execução dos Convênios firmados. Regularidade com Ressalvas. Cientificação dos Convenientes acerca das disposições do Decreto Estadual n. 3.024/2011. Documentação clara quanto à vantagem obtida pela Administração quando da adesão à ata de registro de preços. Notificação da Gestora. Comunicação à Prefeitura Municipal acerca da emissão de nota fiscal com prazo já expirado.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima identificado, ACORDAM os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, à **unanimidade**, nos termos do **voto da Conselheira-Relatora**: **1) aprovar** a Prestação de Contas da Secretaria de Estado de Esporte, Turismo e Lazer, relativa ao exercício de 2012, de responsabilidade da Senhora **Ilmara Rodrigues Lima Vasconcelos**, considerando-a **regular com ressalvas**, valendo como ressalvas: **1.a) divergência entre o Anexo 2 e a Demonstração das Variações Patrimoniais**, só corrigida no exercício de 2016, em desacordo com o princípio contábil da oportunidade; **1.b) adesão a atas de registro de preços durante o exercício, sem a devida demonstração de maior vantagem para a Unidade**; e **1.c) não acompanhamento efetivo da execução dos Convênios firmados**; **2) notificar a Gestora** da Secretaria de Estado de Esporte, Turismo e Lazer, acerca do teor do Acórdão, bem como para que: **2.a)** promova as medidas necessárias para **cientificar os Convenientes acerca das disposições do Decreto Estadual n. 3.024/2011**, especialmente sobre a obrigatoriedade da observância das disposições contidas na Lei Federal de Licitações e Contratos Administrativos e demais normas pertinentes ao assunto, conforme o previsto no artigo 42; e **2.b)** por ocasião da **adesão à ata de registro de preços, documente claramente a vantagem obtida pela Administração**, demonstrando a economia buscada e que a ata eventualmente aderida contempla, dentre outras também vigentes, a melhor proposta; **3) remeter o Acórdão à Diretoria de Auditoria Financeira e Orçamentária**, para acompanhamento; e **4) comunicar a Prefeitura Municipal de Rio Branco**, acerca da **emissão de nota fiscal, com prazo já expirado**, pela empresa D.M.S. Borges – ME, consoante se vê às fls. 212/2014,

(Acórdão nº 9.594/2016/Plenário-TCE/AC – Fl. 02 de 02)

do volume 1 e 195/196, do Anexo 7. Após as formalidades de estilo, pela **remessa dos autos ao arquivo**. Ausente, justificadamente, o Excelentíssimo Senhor Conselheiro Antonio Jorge Malheiro.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Acre

Rio Branco – Acre, 30 de junho de 2016

Conselheira **NALUH MARIA LIMA GOUVEIA**
Presidenta do TCE/AC

Conselheira **DULCINÉA BENÍCIO DE ARAÚJO**
Relatora

Fui presente:

MARIO SÉRGIO NERI DE OLIVEIRA
Procurador-Chefe do MPE/TCE/AC